

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 338.397 - RS (2013/0137107-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADO : EDUARDO MARIOTTI E OUTRO(S) - RS025672
ADVOGADOS : ISABELA BRAGA POMPILO - DF014234
ANDIARA BARBOSA SILVEIRA - RS062188
GABRIEL DA SILVA PIRES DE SÁ - DF034675
ALEXANDRE GRANDI MANDELLI - RS079091
AGRAVADO : ROBERTO TESSELE DA SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME
ADVOGADO : ROBERTO TESSELE DA SILVA E OUTRO(S) - RS019314

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284 do STF).
2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem exame do instrumento contratual e revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.
3. No caso concreto, inviável a análise da pretensão recursal no sentido de verificar a suposta existência de cláusula contratual estabelecendo a quitação de qualquer valor pendente a título de honorários advocatícios.
4. Nos termos da jurisprudência desta Corte, quando a revogação do mandato ocorre por iniciativa do constituinte (mandante), é facultado ao advogado mandatário propor ação de arbitramento judicial dos honorários advocatícios contratuais, ainda que avençados sob a cláusula *ad exitum*.
5. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Após o voto-vista do Ministro Luis Felipe Salomão acompanhando o relator, a Quarta Turma, por maioria, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do relator. Vencidos os Ministros Raul Araújo e Maria Isabel Gallotti. Os Srs. Ministros Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão (voto-vista) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Brasília-DF, 03 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator